

# Brasil deve pagar mais juro a bancos

GAZETA MERCANTIL

*Junta Extra*

22 FEV 1988

por Paulo Sotero  
de Nova York

Num gesto decisivo no rumo da suspensão da moratória e da normalização das relações com os credores internacionais, o Brasil poderá pagar, já nesta semana, o saldo da conta de juros de janeiro, de US\$ 580 milhões.

Mais do que isso, o governo dispõe-se, a partir daí, a manter em dia o pagamento de juros aos bancos até o fim de março, quando espera ter finalizado o acordo de reescalonamento que está negociando com os bancos.

O Brasil usará apenas recursos de suas próprias reservas para pagar os juros até o final de março. Conta, no entanto, com um empréstimo-ponte dos credores, como desembolsos no segundo trimestre, para manter os juros correntes até junho, quando, se tudo correr de acordo com os planos, o programa económico com o Fundo Monetário Internacional (FMI) será aprovado e o acordo com os bancos entrará em vigor, viabilizando o encerramento oficial da moratória.

Antes de receberem os US\$ 580 milhões, os bancos terão, contudo, de chegar a um acordo com o País de imediato. Eles terão de chegar a um acordo com o

governo a respeito do montante e do "spread" do empréstimo solicitado pelo País para cobrir as necessidades de refinanciamento de juros de 1987 e 1988. O Brasil pediu US\$ 7,1 bilhões, os bancos ofereceram US\$ 5 bilhões.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que encerraria no sábado uma visita de uma semana aos Estados Unidos, mostrou-se otimista, na sexta-feira passada, sobre as chances de um acordo nos próximos dias quanto ao montante e ao "spread" do empréstimo. Depois de almoçar com os dirigentes dos sete maiores bancos dos Estados Unidos, no Hotel Intercontinental, em Nova York, ele anunciou que os banqueiros haviam convocado "uma reunião de emergência" do comité de bancos para o domingo para discutir o assunto. Procurando ilustrar a melhora do clima para o Brasil junto aos bancos, Nóbrega salientou que há muito tempo um ministro da Fazenda do Brasil não conseguia reunir num almoço uma seleção tão forte de altos executivos de bancos.

Compareceram ao almoço os "chairman" do Citicorp, John Reed, do Manufacturers Hanover, John McGillicuddy, do Chemical Bank, Thomas Johnson, do

Bankers Trust, Charles Sanford, do Morgan Guaranty, Preston Lewis, o vice-chairman do Bank of America, Robert Frich, e o presidente do Chase Manhattan, Thomas Labrecque.

Reed, do Citicorp, disse que estava otimista em relação às chances de um acordo, ao sair de uma conversa com o ministro da Fazenda, depois do almoço da sexta-feira. William Rhodes, também do Citicorp, que preside o comité de bancos, afirmou que os contactos entre o governo e os bancos estavam registrando avanços.

Essas declarações traduzem o tom positivo com que Nóbrega fora recepcionado na parte da manhã, ao explicar a estratégia de ajustamento económico interno e normalização externa a uma plateia de executivos de bancos mobilizada pelo Council of the Americas. George Clark, vice-presidente sénior do Citicorp, elogiou a apresentação do ministro como "realista e sensata", manifestando sua satisfação por "ver um ministro da Fazenda do Brasil falando novamente em crescimento e investimentos".

Apesar da notória disposição de elogiar a postura conciliatória

(Continua na página 18)

# Brasil deve pagar mais ...

## GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero  
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

que o governo Sarney adotou em relação à negociação da dívida — Kevin Corrigan, um executivo do Chase, afirmou que Mailson representava "uma lufada de ar fresco" nas relações entre o Brasil e os bancos —, obstáculos importantes permanecem para a conclusão de um acordo.

De acordo com fontes financeiras bem situadas, o principal problema para a definição do montante do empréstimo é a falta de um árbitro que avalize a estimativa brasileira sobre o tamanho do buraco a ser financiado. "Tradicional-

mente, essa missão cabe ao FMI. Mas como o FMI não estará presente nesta fase dos entendimentos, muitos bancos resistem a aumentar a oferta de dinheiro novo", afirmou uma fonte do comitê.

De acordo com o executivo, os bancos americanos, naturalmente mais vulneráveis às pressões das autoridades econômicas de Washington, estão numa posição mais flexível em relação à pretensão brasileira de fechar um acordo com um empréstimo em torno de US\$ 6 bilhões. "Mas os europeus e os japoneses precisam ainda ser convencidos", disse o banqueiro.

Além disso, os bancos eu-

ropeus e japoneses insistem, mais do que os americanos, na vinculação de seus desembolsos com os desembolsos do FMI. Segundo o banqueiro, essa atitude terá de ser mudada não apenas por uma questão de princípio, defendida pelo Brasil, com o apoio dos EUA, mas também por uma razão de ordem prática, que é a necessidade de viabilizar, dentro do pacote de dinheiro novo, um mecanismo de empréstimo-ponte para o segundo trimestre deste ano. O acerto dos detalhes sobre as condições do desembolso será trabalhoso, previu a fonte.

Satisfeito com os resultados de sua primeira visita como ministro aos EUA, Mailson da Nóbrega, que tomou o café da manhã, na sexta-feira, com o presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, um homem chave nas negocia-

ções, enfrentará, agora, a parte mais difícil de sua estratégia: a contenção dos gastos públicos. Na última sexta-feira, ele voltou a afirmar que o ajustamento interno não será feito em cima dos salários, "porque isso seria injusto e socialmente pouco recomendável".

O ministro da Fazenda reiterou que "o ajustamento terá de ser feito no setor público, que é quem produz o déficit". Evitou, contudo, explicitar medidas, que, segundo disse, serão agora estudadas a partir da revisão orçamentária que será feita como preparativo para as negociações com o FMI. Aos banqueiros e aos jornalistas ele voltou a defender a normalização das relações com os credores como o caminho certo para reestimar os investimentos e a criação de empregos no País.